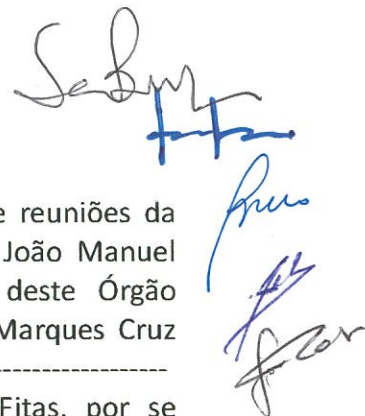


ATA Nº 36
18-02-2015



Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----
Faltou a esta reunião o Vice-Presidente Francisco Xavier Candeias Fitas, por se encontrar em gozo de férias. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----
Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2015: € 481 607,15. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1. SÓNIA CRISTINA NOBRE BRITO – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Sónia Cristina Nobre de Brito, licença especial de ruído das 22 horas de dia 16 de fevereiro até às 6,00 horas do dia 17 de fevereiro de 2015 para realização de um baile de Carnaval no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cuba. -----

A Câmara, atendendo a que já foi proferida deliberação genérica para situações similares no período das festividades carnavalescas, toma conhecimento do pedido e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que autoriza o prolongamento do horário até às 5,00 horas. -----

2. COPO DE TRÊS RESTAURANTES E BARES, LDA. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. -----

Solicita o Copo de Três Restaurantes e Bares, Lda, licença especial de ruído e prolongamento de horário até às 6,00 horas do dia 13 ao dia 14 e do dia 14 ao dia 15 de fevereiro das 22 horas até às 6,00 horas para realização das festas de Carnaval, na Adega da Lua, em Cuba. -----

A Câmara, atendendo a que já foi proferida deliberação genérica para situações similares no período das festividades carnavalescas, toma conhecimento do pedido e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que autoriza o prolongamento do

horário até às 5,00 horas. -----

3. PEDRO SEROL. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. -----

Solicita o Sr. Pedro Serol, licença especial de ruído e prolongamento de horário até às 5,00 horas de cada um dos dias, no período de 13 a 17 de fevereiro, para realização das festas de Carnaval, no Cuba's Bar, em Cuba. -----

A Câmara, atendendo a que já foi proferida deliberação genérica para situações similares no período das festividades carnavalescas, toma conhecimento do pedido e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que autoriza o prolongamento do horário até às 5,00 horas. -----

4. VERA BEIÇUDO. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. -----

Solicita a Sr.^a Vera Beiçudo, licença especial de ruído e prolongamento de horário até às 5,00 horas de cada um dos dias, no período de 13 a 17 de fevereiro, para realização das festas de Carnaval, na Adega do Arrufa, em Cuba. -----

A Câmara, atendendo a que já foi proferida deliberação genérica para situações similares no período das festividades carnavalescas, toma conhecimento do pedido e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que autoriza o prolongamento do horário até às 5,00 horas. -----

5. CASA DE MONTE PEDRAL – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO. -----

Solicita a Casa de Monte Pedral, licença especial de ruído e prolongamento de horário até às 5,00 horas de cada um dos dias, no período de 13 a 17 de fevereiro, para realização das festas de Carnaval, no Restaurante da Casa, em Cuba. -----

A Câmara, atendendo a que já foi proferida deliberação genérica para situações similares no período das festividades carnavalescas, toma conhecimento do pedido e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que autoriza o prolongamento do horário até às 5,00 horas. -----

6. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA LUZERNA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Associação Cultural e Desportiva Luzerna, licença especial de ruído para a realização de uma corrida de galgos, no dia 22 de fevereiro de 2015, no horário compreendido entre as 8.00 e as 19.00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 18/2015 da Subunidade Administrativa, delibera: -----

1 - De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, emitir a licença especial de ruído. -----

2 – De acordo com o n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e preços, em vigor no município, isentar do pagamento de taxas devidas, sendo de € 16,79, o valor das taxas sobre as quais incide o pedido de isenção. -----

7. SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1.º DE DEZEMBRO E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA LUZERNA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Serol', 'Hzi', and others.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído requerida pela Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, em parceria com a Associação Cultural e Desportiva Luzerna, para a realização de um baile de Carnaval no dia 13 de fevereiro de 2015, no horário compreendido entre as 22,00h e as 4.00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas no valor de € 16,79. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

8. MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA – ANO 2015 - APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 03/2015, do Serviço de Ação Educativa propondo a aprovação do Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas de Cuba - Ano de 2015. -----

De acordo com a referida informação este protocolo anual visa definir as responsabilidades das duas entidades no que respeita à cedência dos meios de transporte propriedade do Município, ao fornecimento de refeições escolares aos alunos dos pólos escolares das freguesias do Concelho de Cuba, à gestão, manutenção e funcionamento dos estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Cuba e do Pavilhão Gimnodesportivo. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pelas alíneas r), u) e gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em articulação com as competências que são definidas no art.º 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, delibera aprovar o referido Protocolo que será posteriormente outorgado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

9. BOLSAS DE ESTUDO – ANO LETIVO 2014/2015 – SITUAÇÕES ESPECÍFICAS – NÃO ATRIBUIÇÃO DE VERBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 9/2015, do Serviço de Ação Educativa referindo situações específicas de candidaturas a Bolsa de Estudo, que se relatam. -----

Em reunião de Câmara de 21/01/2015 foram atribuídas as Bolsas de Estudo para o ano 2014/2015 aos candidatos que detinham os requisitos para atribuição. -----

Contudo, após a notificação aos candidatos do resultado da análise, foi levantada uma questão por parte de uma aluna, relativamente ao procedimento a adotar para o pagamento da sua Bolsa uma vez que iniciou o 1.º ano do curso de licenciatura em Enfermagem (4 anos), com entrada no 2.º semestre no ano letivo 2010/2011, e que em março de 2015 concluirá o curso no Instituto Politécnico de Beja. -----

Consultados os processos dos pedidos para atribuição das Bolsas de Estudo desta aluna verificou-se que apesar de só iniciar o curso em março de 2011, apresentou logo a candidatura em outubro de 2010. Neste ano foi-lhe logo atribuída a Bolsa na sua totalidade sem que tivesse frequentado nos meses de outubro de 2010 a fevereiro de 2011. -----

Assim, para o ano letivo 2014/2015 esta aluna, que sempre obteve aproveitamento escolar, não teria direito a receber a Bolsa de Estudo pois foram-lhe sempre sendo

atribuídas as Bolsas por anos letivos, na íntegra, de acordo com o Regulamento Municipal, e já soma 4 Bolsas de Estudo recebidas. Conclui-se que não existem mais verbas a receber da parte da Câmara Municipal. -----

Detetada a situação, foram revistas mais duas situações idênticas de 2 alunos, que também iniciaram o 1.º ano do curso com entrada no 2.º semestre no ano letivo 2010/2011, e em março de 2015 concluirão o curso de licenciatura em Terapia Ocupacional (4 anos) no Instituto Politécnico de Beja. -----

Estes alunos são: -----

- Alice Isabel Serrano – 4.º ano de licenciatura em Enfermagem; -----
- Cláudia Sofia José Carvalho - 4.º ano de licenciatura em Terapia Ocupacional; -----
- Hugo Miguel Candeias Baltazar - 4.º ano de licenciatura em Terapia Ocupacional; ----

Assim, considerando a forma do processamento destas 3 bolsas e face à especificidade do plano curricular destes cursos (entradas no 2.º semestre) a atribuição da Bolsa de Estudo para estes alunos em 2014/2015 deverá ficar sem efeito uma vez que este ano letivo já não compreende a atribuição da Bolsa de Estudo, pelo factos acima apresentados. -----

Importa ainda informar que esta decisão não implica quaisquer prejuízos a estes alunos, uma vez que a verba que não lhes é agora atribuída já lhes foi atribuída sem que tivessem frequentado nos meses de Outubro de 2010 a fevereiro de 2011 no 1.º ano em que apresentaram pedido de atribuição de Bolsa de Estudo no ano letivo 2010/2011.

A Câmara, por unanimidade, toma conhecimento e delibera no sentido da anulação da atribuição destas 3 Bolsas de Estudo aprovadas para estes alunos em 2014/2015, não acarretando prejuízos para os mesmos, pois a verba que não lhes é agora atribuída já lhes foi atribuída sem que tivessem frequentado nos meses de outubro de 2010 a fevereiro de 2011 no 1.º ano em que apresentaram pedido de atribuição de Bolsa de Estudo para o ano letivo 2010/2011. -----

10. CANDIDATURA AO PROGRAMA VIDA EMPREGO - APOIO AO EMPREGO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, dando conta da intenção da Autarquia de avançar com uma candidatura ao Programa Vida Emprego – Apoio ao Emprego. -----

De acordo com a citada informação a despesa associada a esta candidatura a cargo da Câmara totaliza € 3 784,22 em 2015 e € 389,75, em 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a submissão da candidatura ao Programa Vida Emprego – apoio ao emprego, nos termos propostos. -----

11. MARIA ANGÉLICA ISAÍAS. APOIOS SOCIAIS – “APOIO PARA PAGAMENTO DE LUZ EM ATRASO.” -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde, comunicando a receção de um pedido de apoio para pagamento de luz em atraso, formulado pela Sr.ª Maria Angélica Isaías, uma vez que se encontra sem quaisquer rendimentos, aguardando o deferimento do Rendimento Social de Inserção. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando que este agregado reúne condições para beneficiar dos Apoios Sociais em vigor nesta Autarquia, delibera, à semelhança de situações idênticas, atribuir uma verba de € 65,71. -----

Leonor
tt
pmo
fb
far

S. Cunha
T. F. Silva
P. Silva
J. Car

12. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO 1.º FESTIVAL DE NATAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 7/2015 dos Serviços de Ação Desportiva acompanhando a proposta de aprovação das normas de funcionamento do 1.º Festival de Natação que decorrerá em Cuba no próximo dia 7 de março de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar as normas de funcionamento da iniciativa. -----

13. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, DE CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS. -----

Foi presente à Câmara o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e de Infrações Conexas, referente ao Ano de 2014, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o Relatório e remetê-lo para o Tribunal de Contas. -----

14. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA PATROCÍNIO EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 10/2015, do SAJAI, propondo abertura de procedimento para patrocínio em regime de exclusividade dos eventos promovidos pelo município de Cuba, designadamente, A Feira Anual, a Feira da Caça, Semana da Juventude e Festival do Caracol. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a abertura dos procedimentos. -----

Mais delibera aprovar a constituição da Comissão de Acompanhamento do procedimento cujos membros se propõe que sejam os seguintes: -----

Presidente: Sandra Maria guerreiro Braz, vereadora em regime de permanência; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM; -----

Dulce Clarinda Cabaça Lopes, Técnica Superior; -----

Vogais Suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior; -----

Cristina Isabel Vilão Rosa Branco Candeias, Técnica Superior. -----

15. RENDAS HABITACIONAIS – BREVE COMPARAÇÃO ENTRE A RENDA LIVRE E A RENDA APOIADA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2015 do SAJAI, fazendo uma breve comparação entre a renda livre e a renda apoiada, que, para conhecimento se transcreve: -----

“O Município de Cuba, atento o consagrado princípio constitucional de que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar, bem como cabendo às autarquias locais, em colaboração com o Estado, a construção de habitações económicas e sociais e a adoção de uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria, aprovou, através dos seus órgãos executivo e deliberativo, respetivamente, em 19/03/2014 e 23/04/2014, o Regulamento de Atribuição da Habitações Sociais. -----

Trata-se de um documento que visa regulamentar o acesso às habitações propriedade

do Município, garantindo um justo e eficaz procedimento administrativo que estabeleça as condições de acesso e os critérios de seleção e atribuição de habitação social. -----

Ao invés do que até então vinha sucedendo, o novo quadro regulamentar visa atribuir habitações a quem efetivamente delas careça em virtude da sua débil situação económica e por períodos de tempo previamente definidos, sendo periodicamente feita uma reavaliação das condições dos agregados familiares para verificação de que as condições que determinaram a atribuição da habitação se mantêm ou se cessaram, caso em que a habitação deverá ser desocupada, entrando novamente no circuito de atribuições às famílias inscritas na base de dados. -----

Outra diferença resultante deste novo regime diz respeito às rendas, as quais obedecem ao regime da renda apoiada. -----

Enquanto no regime dito “normal” de arrendamento urbano as rendas são acordadas livremente entre o senhorio e o inquilino, não estando sujeitas a outras normas, que não sejam as da sua atualização, o regime das rendas apoiadas obedece a uma série de condicionalismos, conforme disposto no Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio. Este regime baseia-se na existência de um preço técnico, determinado objetivamente, tendo em conta o valor real do fogo, e de uma taxa de esforço determinada em função do rendimento do agregado familiar, sendo a renda calculada tendo em conta o rendimento e a dimensão de cada agregado familiar, bem como sendo sujeita a alterações sempre que o rendimento e/ou a dimensão do agregado familiar sofra alterações. -----

Para uma melhor compreensão entre os dois regimes, elaborámos o quadro seguinte, que contém os aspetos mais relevantes de cada um: -----

Arrendamento ao abrigo do <u>regime de renda livre</u> *	Arrendamento ao abrigo do <u>regime de renda apoiada</u> **
<ul style="list-style-type: none">→ A renda inicial é estipulada por livre negociação das partes;→ O arrendamento não pode celebrar-se por mais de 30 anos, ou como contrato perpétuo, sob pena de se considerar reduzida àquele limite;→ Se do contrato não resultar o fim a que a coisa locada se destina, é permitido ao locatário aplicá-la a quaisquer fins lícitos, dentro da função normal das coisas de igual natureza;→ O pagamento da renda deve ser efetuado no último dia de vigência do contrato ou do período a que respeita, e no domicílio do locatário à data do vencimento, se as partes ou os usos não fixarem outro regime;→ É possível a transmissão por morte e a sublocação;→ As partes estipulam, por escrito, a	<ul style="list-style-type: none">→ Estão sujeitos a ela os prédios construídos ou adquiridos, entre outros, pelas autarquias locais com o apoio financeiro a fundo perdido do Estado;→ Destina-se exclusivamente à habitação;→ O valor da renda é determinado pela aplicação da taxa de esforço (T) ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado às milésimas, que resulta da aplicação da seguinte fórmula: $T = \frac{0,08 R_c}{S_{mn}}$Em que: Rc – rendimento mensal corrigido do agregado familiar; Smn – salário mínimo nacional→ O valor da renda é arredondado para a dezena de euros imediatamente inferior e não pode exceder o valor do preço técnico

possibilidade de atualização da renda e o respectivo regime. Mas quando nada digam, aplica-se o seguinte regime:

a) A renda pode ser atualizada anualmente, de acordo com os coeficientes de atualização vigentes;

b) A primeira atualização pode ser exigida um ano após o início da vigência do contrato e as seguintes, sucessivamente, um ano após a atualização anterior;

c) O locador comunica, por escrito e com a antecedência mínima de 30 dias, o coeficiente de atualização e a nova renda dele resultante;

d) A não atualização prejudica a recuperação dos aumentos não feitos, podendo, todavia, os coeficientes ser aplicados em anos posteriores, desde que não tenham passado mais de três anos sobre a data em que teria sido inicialmente possível a sua aplicação.

nem ser inferior a 1% do smn;

→ Para determinação do valor da renda, os arrendatários devem declarar os respectivos rendimentos ao locador, com a frequência que este determinar e que pode ser anual, bienal ou trienal;

→ A renda vence-se no 1º dia útil do mês a que respeita e o seu pagamento é feito no local determinado pelo locador;

→ A renda é anual e automaticamente atualizada em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, e pode ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado, resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros;

→ Quando o arrendatário apenas declare os seus rendimentos, bienal ou trienalmente, a atualização da renda é feita com base na variação percentual para esse ano do smn;

→ O locador deve comunicar, por escrito e com antecedência de 30 dias, ao arrendatário qualquer alteração do valor da renda;

→ O locador pode, a todo o tempo, solicitar ao arrendatário quaisquer documentos e esclarecimentos necessários para instrução e/ou atualização dos respetivos processos, fixando-lhe um prazo de resposta não inferior a 30 dias;

→ É proibida a hospedagem, a sublocação, total ou parcial, ou a cedência a qualquer título;

→ Em caso de subocupação da habitação arrendada, o locador pode determinar a transferência do arrendatário e respetivo agregado familiar para outra habitação de tipologia adequada dentro da mesma localidade;

→ A violação de qualquer das normas atrás referidas implica o pagamento pelo arrendatário do preço técnico (que é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Sub
H
Banc
ful
far

	$V = Au \times Pc \times [0,85 \times Cf \times Cc \times (1 - 0,35 \times Vt) + 0,15]$ <p>em que:</p> <p>V - o valor atualizado do fogo no ano de celebração do contrato;</p> <p>Cf - factor relativo ao nível de conforto do fogo;</p> <p>Cc - factor relativo ao estado de conservação do fogo;</p> <p>Au - área útil definida nos termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas;</p> <p>Pc - preço da habitação por metro quadrado;</p> <p>Vt - coeficiente relativo à vetustez do fogo.</p>
--	--

Handwritten signatures and initials in blue ink.

* Regime regulado pelas Leis nº 46/85, de 20 de setembro, e nº 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação actual. -----

** Regime regulado pela Lei nº 46/85, de 20 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio. -----

A partir de 1 de março de 2015 entra em vigor a Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei nº 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis nºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio. -----

Constituem principais inovações deste regime: -----

1) Altera a fórmula de cálculo do valor da renda, o qual passa a ser definido em função do rendimento do agregado familiar e da sua composição, atendendo ao número de filhos, dependentes e cidadãos a cargo que coabitam na mesma habitação; -----

2) O prazo de duração dos contratos é de dez anos, renovados por dois anos automaticamente, sempre que se verifiquem as condições; -----

3) Cria um regime excecional de atribuição de habitações aos indivíduos e os agregados familiares que se encontrem em situação de necessidade habitacional urgente e ou temporária, designadamente decorrente de desastres naturais e calamidades ou de outras situações de vulnerabilidade e emergência social e perigo físico ou moral para as pessoas, incluindo as relativas a violência doméstica; -----

4) O valor da renda é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula: $T = 0,067 \times (RMC/IAS)$, em que: -----

T = taxa de esforço; -----

RMC = rendimento mensal corrigido do agregado familiar; -----

IAS = indexante dos apoios sociais; -----

5) A renda neste regime não pode ser de valor inferior a 1 % do IAS vigente em cada momento, e a renda máxima é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada (Lei nº 80/2014, de 19 de dezembro); -----

- 6) A renda é atualizada anualmente de acordo com o previsto no nº 2 do artº 1077º do Código Civil, e pode ser revista por iniciativa do locador ou a pedido do arrendatário quando ocorra alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, situações de incapacidade igual ou superior a 60 % ou de idade igual ou superior a 65 anos relativas a qualquer elemento do agregado familiar. -----
- 7) A cada 3 anos é feita pelo locador a reavaliação das circunstâncias que determinam o valor da renda; -----
- 8) A renda atualizada ou revista é devida no segundo mês subsequente ao da data da receção, pelo arrendatário, da comunicação do respetivo valor; -----
- 9) A não atualização ou a não revisão da renda por motivo imputável ao locador impossibilita-o de recuperar os montantes que lhe seriam devidos a esse título; -----
- 10) Especifica as formas de cessação do contrato, sanções, benefícios e isenções.”-----
- A Câmara tomou conhecimento. -----

16. PILAR CARDINALI. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE CUBA PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO INFANTIL. -----

Solicita a Sr.ª Pilar Cardinali a cedência do Auditório do Centro Cultural de Cuba para realização de um espetáculo infantil, com entradas pagas, propondo dividir uma percentagem do valor cobrado na bilheteira. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera ceder gratuitamente o Auditório do Centro Cultural na tarde de domingo, dia 22 de fevereiro de 2015. -----

17. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO/BEBIDAS DO PARQUE MANUEL DE CASTRO, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente visando a abertura de concurso público para atribuição do direito ao arrendamento comercial do estabelecimento de restauração/bebidas do Parque Manuel de Castro, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar o Programa de Concurso e respetivo Caderno de Encargos, fixando como valor base de licitação do arrendamento comercial o montante de € 175,00/mês, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

O Arrendamento comercial objecto deste concurso é feito pelo prazo de 1 ano, eventualmente renovável por períodos idênticos, com início na data de assinatura do respectivo contrato, tendo como critérios de avaliação, o valor da oferta (50%), a experiência profissional (25%) e a memória descritiva do projecto a implementar no espaço (25%). -----

Mais delibera aprovar a composição do Júri de acompanhamento deste procedimento que será composto pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior -----

Vogais Suplentes: Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior; -----

Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior. -----

18. XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - ANMP; TRÊS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO COM DIREITO A LUGAR DE DELEGADO NO CONGRESSO - NECESSIDADE DE ELEIÇÃO DO 3.º REPRESENTANTE AO CONGRESSO

E SEU SUBSTITUTO DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO; COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 5/2015, do Chefe da DGM propondo a eleição, em Assembleia Municipal, do terceiro delegado que participará no XXII Congresso da ANMP. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

- 1.º - Registrar que nos próximos dias 27 e 28 de março de 2015 terá lugar o XXII congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- 2.º - Constatar que o Município de Cuba terá direito a estar representado por três delegados, dois deles por inerência do cargo, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, sendo que o terceiro dos delegados é um dos Presidentes de Junta do Concelho, cabendo a sua eleição à Assembleia Municipal; -----
- 3.º - Atento o disposto no ponto anterior, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à possibilidade de apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta, deve a questão ser remetida para a sessão de fevereiro de 2015 daquele órgão, para que o mesmo, ao abrigo da alínea a) “in fine” do art.º 2.º do Regulamento do Congresso da ANMP, proceda à eleição do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho que desempenhará as funções de delegado no congresso, bem como quem será o seu substituto. -----

19 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE ASSISTENTE OPERACIONAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO PARA AFETAR ÀS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 02/2015 da SRH a invocar a necessidade de dotar as piscinas municipais descobertas durante o período em que se encontra aberto ao público de nadadores salvadores em número adequado. -----

De acordo com a citada Informação, prevê-se que no ano 2015 as piscinas descobertas se encontrem abertas entre o dia 15 de maio e 15 de setembro; -----

As piscinas municipais descobertas são de maior dimensão que as piscinas cobertas e todos os anos se regista maior número de utilizadores nas piscinas descobertas; -----

Atendendo ao exposto, verifica-se a necessidade de dotar aquele espaço com mais um nadador-salvador. -----

Sendo uma atividade sazonal, a necessidade é temporária e limitada no tempo, portanto sugere-se que seja aberto procedimento concursal para um assistente operacional na área de atividade de nadador-salvador, pelo período de 4 meses, para fazer face às necessidades atrás mencionadas. -----

A câmara por unanimidade, delibera: -----

1 - Ao abrigo da autorização prevista no n.º 2, art. 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em articulação com os n.ºs. 5 e 6, do art. 30º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), que aprove a proposta do Presidente do órgão para abertura de procedimento concursal para o recrutamento excecional de um assistente operacional – área de atividade de Nadador-salvador, a termo resolutivo certo, pelo período de seis meses, e que em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, por trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, poder recorrer-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público;

1.1 - No caso de se considerar necessário, recrutar outro nadador-salvador, por tempo mais curto (3 meses), recorrer-se à figura de reserva de recrutamento prevista no artigo 40.º da portaria que regula o procedimento concursal, uma vez que se encontram previstos no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2015, dois lugares a termo certo de nadador-salvador; -----

2 - Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, após aprovação pelo órgão executivo da presente proposta, remeter a mesma, para o órgão deliberativo, para que este delibere sobre o recrutamento excecional em cima proposto. -----

OBRAS PARTICULARES: -----

PROJETO DE ARQUITETURA: -----

20. CARLOS MANUEL SALGUEIRO PIEDADE – PROCESSO Nº 1/2015. -----

Construção de Pavilhão Agrícola no prédio sito em “Tapadas”, Art.º 108, secção J, em Cuba. -----

Atendendo á localização em solos de RAN, foi despoletada o pedido de parecer da Comissão Regional de Reserva Agrícola, tendo sido obtida autorização para uma edificação com 2300m². Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de Junho (REAP), já foi entregue o título da exploração, emitido pela DRAP, tendo ainda sido apresentadas alterações às peças gráficas do projecto de arquitectura inicial. É proposta a construção de um Pavilhão com 1335,00m², composto de sala de ordenha, armazenamento de leite, I.S., gabinete veterinário, refeitório e ovil ao nível térreo, possuindo ainda 2 arrumos no piso superior. -----

Da análise do projecto, não se depreende se a actividade estará abrangida pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24/3 em matéria de avaliação de impacto ambiental (AIA), no entanto presume-se que a entidade coordenadora do licenciamento, no âmbito das suas competências, acautelará essa situação. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica anexa, delibera aprovar, de forma condicionada, o projeto de arquitetura, devendo o requerente, no prazo de 6 meses a contar da sua notificação, apresentar os projetos das especialidades indicados na referida informação. -----

21. ANA ISABEL JANEIRO SOUDO ROSADO. PROC.º 33/2014. -----

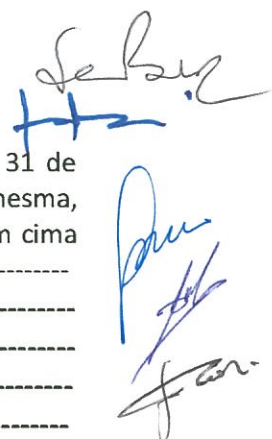
Construção de 2 lojas e garagem no prédio sito na Rua 1.º de Maio, n.º 56, em Cuba. ---
A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica e ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação actual, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo a requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, apresentar os projetos das especialidades indicados na referida informação. -----

22. NATHALIE MEGANK. PROCESSO N.º 38/2014. -----

Construção de Parque de Campismo e de Caravanismo no prédio rústico sito em “Chouriça”, art.º 17, secção A, em Vila Alva. -----

Da análise prévia da pretensão, verifica-se que o prédio interfere com solos de Reserva Ecológica Nacional (REN), de acordo com a Planta de Condicionantes, e encontra-se localizado em Área de Protecção e Valorização Ambiental pelo que se torna necessário promover a consulta prévia à CCRDA para efeitos de emissão de parecer favorável vinculativo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



23. PEREGRINO JOSÉ BALSINHA BRANCO. PROC.º N.º 25/2014. -----

Substituição de cobertura no prédio sito na Rua 5 de Outubro, n.º 16, em Vila Alva. Zona de Protecção da Igreja Matriz. -----

Da análise prévia da pretensão verifica-se que o prédio se situa na Zona de Protecção da Igreja Matriz pelo que se torna necessário promover a consulta prévia à Direcção Regional da Cultura do Alentejo para efeitos de emissão de parecer. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

24. PEDRO JORGE MACHADO DOS SANTOS PROCESSO N.º 2/2015-----

Alteração e Instalação de um estabelecimento de bebidas. Estrada da Circunvalação, n.º 18, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação actual, delibera aprovar o licenciamento fixando em 6 meses o prazo para execução da obra, de acordo com a calendarização apresentada. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS. -----

25. CONCURSO PÚBLICO INERENTE À EMPREITADA DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E SANEAMENTO EM DIVERSOS LOCAIS DA VILA DE CUBA. APRESENTAÇÃO DE LISTAS DE ERROS E OMISSÕES POR PARTE DE CINCO INTERESSADOS. PRONÚNCIA POR PARTE DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2015, do Chefe da DGM, acompanhando a lista de erros e omissões do caderno de encargos referente ao concurso público de execução da empreitada de requalificação da rede de água e saneamento em diversos locais da vila de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Registrar que as foram apresentadas cinco listas de erros e omissões por parte dos concorrentes (1) Francisco Charneca Pinto & Filhos, Lda, (2) Submerci – Construções e Urbanizações, Lda., (3) Tecnovia, Sociedade de Empreitadas, S.A., (4) Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda. e (5) Consdep, Engenharia e Construções, S.A. que foram entregues até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas (06.02.2015-23h59m) em sintonia com o n.º 1 do art. 61.º do CCP, razão pela qual foram devidamente analisadas pelo projetista e pelo dono de obra; -----

2.º - Ao abrigo do n.º 5 do art. 61.º do CCP aceitar expressamente, em sintonia com a proposta do projetista, os erros e omissões previstos no doc. n.º 2 anexo à presente informação, da qual faz parte integrante e, ressalvando que uma cópia dessa listagem ficará apensa à presente ata; -----

3.º - Rejeitar todos os restantes erros e omissões apresentados, ao abrigo do mesmo preceito legal, pelos fundamentos apresentados pelo projetista, conforme o mesmo documento anexo; -----

4.º - Pela sua escassa relevância e pela margem considerada desde o início, determinar que os erros e omissões agora aceites não terão qualquer repercussão no preço base do concurso a que faz referência o art. 47.º do CCP, valor que é que é conhecido dos concorrentes; -----

5.º - Por razões análogas, determinar que o prazo de execução da obra previsto no

art.º 362.º do CCP e no caderno de encargos não terá qualquer acréscimo. -----

6.º - Para facilitar a gestão do procedimento, aprovar o mapa de quantidades final, que consta do doc. n.º 3, que já inclui os erros e omissões aceites, por forma a que os concorrentes possam apresentar uma proposta global que inclui as quantidades iniciais e os erros e omissões aceites; -----

7.º - Determinar que no dia 19 de fevereiro sejam notificados através da plataforma ACINGOV os concorrentes e levantada a suspensão que ocorreu a partir do 5/6 do prazo, o que legitimará a apresentação de propostas durante mais um sexto do prazo. -----

26. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VILA ALVA, PARA O ANO DE 2015. RETIFICAÇÃO DE VERBA". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 9/2015 do Serviço de Ação Desportiva, propondo a retificação da cláusula 2.ª do protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Cuba e o Grupo Cultural e Desportivo de Vila Alva, em reunião de Câmara de 4 de fevereiro de 2015. De acordo com a proposta a cláusula 2.ª passará a ter a seguinte redação: -----

"2.ª - O apoio financeiro total referido no artigo anterior é de € 1. 750,00, respeitante a verbas correntes, distribuído da seguinte forma: -----

- € 800,00 - para a secção desportiva divididos da seguinte forma; -----

- Aeróbica - € 100,00. -----
- Peddy Paper - € 50,00. -----
- Torneios (sueca, malha, snooker e matraquilhos) - € 100,00. -----
- Mês do coração - € 75,00. -----
- BTT AlvaBike – Passeio Rota das Adegas - € 475,00. -----

- € 500, 00 - para a secção cultural – “Grupo Animar Vila Alva”. -----

- € 150,00 - Ajuda com pagamento de ATL de Verão. -----

- € 150,00 – Aniversário/Apresentação das marchas. -----

- € 150,00 – Arranjos na Sede. -----

A Câmara, por unanimidade, considerando o interesse a nível desportivo, cultural e recreativo das atividades desenvolvidas por este Centro, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea u) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em articulação com as competências que são atribuídas ao mesmo órgão pelo art.º 8.º do Regulamento Municipal de Apoios Financeiros e Não Financeiros, delibera aprovar a retificação proposta e consequentemente a nova redação da cláusula n.º 2 do Protocolo. -----

27. APOIOS SOCIAIS. CÁTIA LUCAS. APOIO ALIMENTAR E APOIO PARA GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, suportado no novo Regulamento inerente ao Programa de Emergência Social, autoriza a concessão de apoio à Sr.ª Cátia Lucas para aquisição de alimentos no valor de € 50,00 e aquisição de uma garrafa de Gás no valor de 28,00€. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de*

anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

28 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO SOBRE A CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE ATÉ 350.000€ (TREZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA EFETUAR A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DOS AUTOS DE MEDIÇÃO DAS EMPREITADAS CANDIDATADAS AO INALENTEJO EM REGIME DE OVERBOOKING: 1.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA E DA RUA DA MISERICÓRDIA EM VILA ALVA – CP – EOP N.º 01/2014; 2.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DESPORTIVA PARA FUTEBOL DE FORMAÇÃO NO CAMPO DE JOGOS DR. AMADO AGUILAR, EM CUBA – CP – EOP N.º 02/2014; 3.º - EMPREITADA INERENTE AO PROJETO DE REGENERAÇÃO URBANA DE DIVERSOS ARRUAAMENTOS EM FARO DO ALENTEJO – CP – EOP N.º 03/2014.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 07/2015 do Chefe da DGM a abordar a questão dos projetos candidatados, em regime de overbooking, a fundos comunitários no âmbito do Inalentejo, cujas candidaturas haviam sido aprovadas por unanimidade, em reunião de câmara, visando a execução dos projetos em cima enunciados. -----

O Vereador João Nobre entende que os projectos são de toda a pertinência para o Município mas, da mesma forma que o Presidente e o Chefe de Divisão, lamenta o facto de ter recebido muito em cima da hora a documentação para análise. -----

Referiu que o facto do município de Cuba figurar entre os 30 municípios menos endividados do país irá facilitar todo o desenvolvimento do processo, contrariamente ao que foi referido pelo Sr. Presidente, no início do mandato, argumentando que a Câmara se encontrava numa situação de endividamento, o que não correspondia à realidade, e tal se veio a verificar agora. -----

O Sr. Presidente respondeu referindo que nunca disse que o município tinha ultrapassado a capacidade de endividamento. O Município sempre teve capacidade de endividamento. Aquilo que disse e mantém é que o município apresentava um passivo de 10 milhões de euros e que uma boa parte das verbas que o município recebe, para investimento, estão a servir para pagar as dívidas existentes. Por outro lado, e como é do conhecimento dos senhores vereadores, existiu uma alteração à legislação, no final do ano de 2013, sobre a capacidade de endividamento do investimento municipal o que nos permite ter uma maior margem de endividamento. Relembrou aos senhores vereadores que durante o ano de 2014, o actual Executivo, reduziu a dívida municipal em cerca de meio milhão de euros e que, desse valor, mais de 300 mil euros são de dívidas de médio e longo prazo o que acaba por atingir, quase na globalidade, o empréstimo que vai ser contratualizado. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

- a) – Registrar que o órgão competente para aprovar o empréstimo será a Assembleia Municipal, tendo essa aprovação que ocorrer por maioria absoluta, isto é, metade dos elementos do órgão em exercício acrescidos de um, quando a sua extensão implique dois ou mais mandatos; -----
- b) – Registrar que a apreciação do empréstimo por parte da Assembleia é despoletada por proposta da câmara que deve ser acompanhada, pelo menos, das condições apresentadas por três instituições bancárias; -----
- c) – Determinar a abertura do procedimento de contratualização de empréstimo de médio e longo prazo, tomando conhecimento que o período máximo de utilização e

deferimento não pode exceder os 2 anos, estipular que, para efeitos do procedimento em cima mencionado, analisadas as datas apresentadas, os compromissos futuros a assumir, o período de utilização é definido em 12 meses, isto é, em princípio, até junho de 2016, período em que obrigatoriamente todos os pagamentos já terão que estar efetuados, fixando-se como período de deferimento, isto é, momento em que passam a efetuar-se amortizações, em 24 meses, uma vez que nessa altura, junho de 2017, já terá havido os reembolsos do INALENTEJO reportado aos 85%, se houver decisão de financiamento; -----

d) – Pelos factos expostos, determinar que o empréstimo será de médio e longo prazo, visto durar pelo período superior a um ano, fixando-se esse mesmo prazo em 20 anos, ressalvando-se que, para cumprimento do equilíbrio orçamental e em sintonia com o n.º 5 do art.º 51.º as amortizações não podem ser inferiores a 80% da média anual que está estipulado no n.º 4 do art.º 40.º da LFL. -----

e) – Para efeitos de convite a instituições bancárias, determinar que o montante o montante a contratualizar é fixado em, até 350.000€. Dessa forma para que não seja posto em causa o equilíbrio orçamental. Ressalvando-se, para efeitos de cláusulas contratuais, a possibilidade de amortização de 85% do capital em dívida, decorridos os 24 meses, se entretanto ocorreram os reembolsos do QREN/INALENTEJO. -----

e.1) – Atenta a alínea e) “in fine” nas condições de adjudicação utilizar da figura da **“proposta economicamente mais vantajosa”**, para que se possa aferir da taxa de juro + spread + mais condições de amortização antecipada no cenário apresentado; -----

e.2) – Para análise dessas mesmas propostas designar uma comissão constituída pelos seguintes membros: -----

- João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

- Vitor Manuel Parreira Fialho; Chefe da DGM; -----

- Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela; dirigente intermédia de 3.º grau responsável pelos Serviços Financeiros; -----

- Elementos suplentes: -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista; -----

Maria Jacinta Grilo, Técnica Superior de Gestão. -----

e.3) – Face aos prazos apertados que dispomos, em função da data da sessão da Assembleia Municipal determinar que seja concedido um prazo para apresentação de propostas de sete dias seguidos, o que implicará receção de propostas até às 17h do dia 25 de fevereiro, por correio registado ou por entrega em mãos, pelo que se aprova o ofício/convite em anexo; -----

e.4) – Visando agilizar o processo determina-se a entrega do convite mediante protocolo no balcão mais próximo das instituições bancárias a convidar: -----

- Banco Santander; -----

- Caixa Geral de Depósitos; -----

- Caixa de Crédito Agrícola; -----

- BPI; -----

e.5) – Estipular que a abertura das **propostas terá lugar às 9h30m do dia imediatamente a seguir à data limite para receção das mesmas, ou seja, quinta-feira, dia 26 de fevereiro**, a realizar mediante **ato público**, no qual poderão participar, com direito a intervir no mesmo, os representantes das entidades que apresentem propostas, desde que façam prova documental da sua condição; -----

John
Hen
Alb
Am
for

f) – Agendar reunião extraordinária da câmara Municipal para as 15 horas do dia 26 de fevereiro, para apreciar e votar a proposta emitida pela comissão de análise, que deverá ser entregue em protocolo aos membros da Assembleia Municipal, nesse mesmo dia 26 de fevereiro. -----

g) – Tomar conhecimento **que o contrato que venha a ser celebrado com a instituição bancária escolhida estará sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.** -----

g.2) – Tomar conhecimento que o processo a ser remetido para Tribunal de Contas o contrato que venha a ser celebrado com a instituição financeira obedecerá às regras que estão insertas na Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, designadamente o art.º 19.º -----

h) – Determinar remeter o presente assunto para a sessão da Assembleia Municipal que terá lugar a 27 de fevereiro. -----

29. JUEBOMBEIRO – NÚCLEO DE CUBA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA MONTAGEM DE BAR, JUNTO AO PAVILHÃO DOS BOMBEIROS, POR OCASIÃO DO CORSO DE CARNAVAL. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a montagem de um bar junto ao pavilhão dos Bombeiros, por parte da Juvebombeiro no dia 17 de fevereiro por ocasião do Corso de Carnaval, para venda de produtos. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: --

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 14 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,

